



RESENHA

12 *Apóstoles de la razón. La represión política en la educación*^{1*}

(Apostles of the reason. The political repression in the education)

Apóstolos da razão. Repressão política na educação

*Recebido em:
12/02/2021
Aprovado em:
10/09/2021

*José Antonio de Abreu Columbri***

1. IBÁÑEZ TARÍN, Margarita. *Apóstoles de la razón. La represión política en la educación*. Editora: Los Libros de la Catarata, Madrid, 2020.

**Professor da Universidade de Alcalá. Licenciado em História, Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid (UCM), Campus da Cidade Universitária, Espanha. Doutor em Estudos Norte-Americanos, Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade de Alcalá (UAH), Campus de Alcalá de Henares, Espanha. E-mail: abreucolumbri@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8698-6493>.

2. Concluiu a sua tese de doutoramento no programa de História Contemporânea (Faculdade de Geografia e História, Universitat de València). Ela é professora na Escola Secundária Abastos de Valência. Ela publicou vários livros sobre fascismos europeus: *Mujeres y antifascistas, doblemente perdedoras* (2018) e *Los profesores de Segunda Enseñanza en la Guerra Civil* (2019). Recebeu dois prêmios de redação: Carmen de Burgos do Conselho Provincial de Almería (2017) e VI Prêmio Catarata (2019).

3. Libros de la Catarata (1990) é uma editora relativamente jovem (Espanha, Madrid); especializada na divulgação de questões históricas, culturais e políticas do século XX e do mundo de hoje. Em seu site, os editores exibem “pensa-

O cronograma proposto pela professora Margarita Ibáñez Tarín² é um dos mais atraentes para os leitores da pesquisa histórica da Idade Contemporânea, mas é muito complexo de abordar para toda a comunidade de historiadores. O estudo das mentalidades coletivas e do pensamento político torna-se uma sobreposição de arame farpado, durante os anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, porque as posições teóricas dos grupos políticos dominantes foram assimiladas de formas muito diferentes por parte da cidadania e entidades culturais e educacionais. Ou seja, o discurso político nem sempre teve correlação direta nos projetos de governança e nas formas de gestão. Sobrepondo várias áreas temáticas, *Apóstolos da razão*³ investiga as reformas educacionais progressivas e a reação política e repressiva dos diferentes modelos fascistas.

O reformismo educacional tornou-se uma verdadeira obsessão das agendas fascistas, a ponto de muitos historiadores falarem em termos de guerra cultural. Em sua época, ideólogos fascistas e pró-fascistas responsabilizaram os epígonos do Iluminismo por plantar a semente do marxismo na Europa, que acabou germinando no auge da Revolução Industrial. Naqueles anos tempestuosos após a Primeira Guerra Mundial, em um contexto de crise diplomáti-

ca, financeira, econômica e social, a Europa viveu um confronto entre dois blocos ideológicos: os fascistas (conservadores, tradicionalistas e autoritários) e os antifascistas (liberais, progressistas e marxistas). Em certo sentido, pode-se dizer que foi uma batalha de grupos antagônicos, que seriam os herdeiros da tradição iluminista e herdeiros da reação tradicionalista aos valores iluministas. A educação foi uma das disciplinas que mais aqueceram os espíritos nesses vinte e cinco anos (1920-1945).

As ditaduras de Mussolini (Itália), Salazar (Portugal) e Primo de Rivera e Franco (Espanha) acionaram uma máquina de propaganda, que veio complementar a intensa repressão às autoridades e profissionais que estavam por trás da reforma educacional. Essa ação repressiva buscou manter a ordem social e eliminar as ideias que causavam a “decadência”. A teoria fascista considerava tal reforma a origem de todo o mal. Os fascismos ibéricos (franquismo e salazarismo) tentaram emular o modelo educacional da Itália de Mussolini, que visava criar um novo mundo e uma nova cidadania. Nesse novo mundo, os velhos valores de ordem e moral tinham um lugar; a Igreja de Roma estava perfeitamente incardinada nesses sistemas educacionais.

A estrutura do livro (cento e quarenta e duas

mento crítico” e “compromisso com a sociedade”. O catálogo do grupo é alimentado prioritariamente por trabalhos acadêmicos com vocação informativa.

páginas) é composta por três partes: “Políticas educativas, represión y vigilancia docente (años veinte)”, “Limpieza política fascistización de la sociedad (años treinta)” e “Represión político-ideológica y proyectos de nacionalización de las élites”. Não existem conclusões individuais, a seção de conclusões é geral e apresenta algumas reflexões e interpretações sobre o objetivo de se construir um caminho de democratização da educação na primeira metade do século XX. As fontes bibliográficas apresentam um certo grau de especialização temática, a ponto de se tornarem o ponto de partida de qualquer jovem historiador da educação.

Na seção introdutória, o autor conta como estão se desenvolvendo as revoluções nacionalistas nos países participantes da Primeira Guerra Mundial (na época conhecida como Grande Guerra). Os esforços das elites políticas para promover os valores patrióticos e referências históricas adquirem grande relevância em várias áreas. O caso específico da Itália se apresenta como um modelo a ser imitado por outros executivos regionais, principalmente na área de educação. O controle educacional nacionalista está interligado a outros aspectos político-legislativos de seu tempo. Portanto, o espaço temático da investigação é muito amplo e dinâmico. Algo muito semelhante acontece com a máquina repressiva fascista. Para

entender a teimosia usada contra os profissionais da educação, deve-se tomar como ponto de partida a década de 1920, ou seja, a fase inicial da reconstrução do pós-guerra. Nessa época foram desenhadas as metodologias de purificação e acusação, que teriam um amplo caminho de aplicação até 1945.

A parte final da introdução está intimamente ligada ao conteúdo do primeiro capítulo: “Antecedentes del control político del profesorado en segunda enseñanza”. Os herdeiros do conservadorismo do século XIX e representantes do catolicismo conseguiram limitar as reformas educacionais tanto quanto possível. Esses agentes sociais, no momento em que compreenderam que as novas forças fascistas poderiam servir aos seus interesses, passaram a cooperar com as ditaduras de Primo de Ribera e Salazar na Península Ibérica e de Mussolini na Itália (nos anos 1920). Ao criar uma tendência de pressão sobre o sistema educacional, foram lançadas as bases para a atitude intransigente e ação repressiva contra os professores na década seguinte.

As resistências às ditaduras de Mussolini e Franco representam o tema central do segundo capítulo: “La forja del profesor antifascista en Italia y en España”. As relações culturais e as transferências político-culturais dos fascismos europeus foram muito



fluidas em questões educacionais. Isso pode ser visto muito claramente no caso das relações entre Roma e Madrid. Naquele momento, nasceram os animados grupos de professores comprometidos com a causa democrática e as liberdades coletivas. As políticas de doutrinação das novas gerações de alunos do ensino médio unificaram todos os grupos antifascistas. De uma posição totalmente diferente, a Igreja de Roma teve muitos receios iniciais da reforma fascista da legislação educacional e da nova edição do livro didático nacional, mas logo cooperou ativamente com os novos modelos de Estado.

“Primeros intentos de vigilancia político-social en la segunda enseñanza en España y Portugal” é o título do terceiro capítulo. As grandes simetrias das ditaduras ibéricas são vistas pelo prisma dos “desvíos” educacionais: ausência do culto aos princípios nacionais. Apesar das afinidades ideológicas entre Lisboa e Madrid, existiam diferenças no currículo escolar, motivadas por diferentes interpretações históricas e identidades nacionais conflituosas. A metodologia de “nacionalização” das massas era muito semelhante nas secretarias de educação de Salazar e Franco. Em ambos os casos, a influência italiana acabou condicionando o quadro de transmissão ideológica e purificação sistêmica.

O quarto capítulo, “Guerra Civil española. Endurecimiento de la política represiva y planes de adoctrinamiento de élites en la segunda enseñanza”, reconstrói a total erradicação dos valores democráticos do sistema educacional, por meio da execução, prisão e julgamento de todos os professores contratados no ensino médio pelos governos do Segunda República. A longevidade e a origem do golpe são duas das principais características que definem o salazarismo e o franquismo; Há um grande debate sobre a natureza fascista das duas ditaduras, esse debate tem uma variante educacional. Os diferentes estágios evolutivos de ambas as ditaduras têm uma leitura educacional completa. A repressão à Guerra Civil foi rápida e improvisada, abriu precedentes operacionais para a construção do novo Estado, no qual as instituições de ensino continham todos os valores do Movimento Nacional (uma espécie de plataforma de convergência de todas as ideologias participando do golpe de Estado de 18 de julho).

O quinto capítulo é a continuação temática e temporal do anterior, intitulado: “Persecución de profesores antifascistas en Italia y España”. Após o fim da Guerra Civil na Espanha, algo semelhante aconteceu com o estabelecimento de outros fascismos na Europa, muitos profissionais da educação



acabaram presos, exilados ou enterrados em uma vala comum por seu trabalho. Os presos que conseguiram retomar a liberdade foram desclassificados para não poderem exercer a profissão. O antifascismo configurou-se como um amálgama de opiniões políticas, em ocasiões muito diversas, que conseguiam manter sua unidade por medo de um inimigo comum. Quando as forças fascistas conseguiram se impor ao poder executivo, todos os grupos educacionais antifascistas foram tratados como um perigo social e se tornaram um alvo prioritário de neutralização. Nestas páginas é feita uma revisão de muitos personagens e organizações educacionais refinadas na Itália e na Espanha.

O sexto capítulo, “Nuevo orden político en Italia y España”, enfoca o processo de construção institucional dos estados fascistas de Mussolini e Franco, na perspectiva da gestão educacional, da difusão da propaganda e do controle ideológico. Durante os primeiros anos da ditadura fascista na Itália não foi realizado um expurgo abrangente, buscou-se uma estratégia inclusiva, contra a direita do Partido Nacional Fascista (PNF). Ao contrário do que aconteceu na Espanha, já que a repressão ao antifascismo foi instantânea, radical e sistêmica. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Itália fascista desapareceu

e a Espanha de Franco iniciou uma reconversão estética e prática, mas o trabalho de doutrinação continuou, com uma estrutura educacional controlada pelos representantes do catolicismo.

O papel da Igreja Católica no controle ideológico implementado pelo Salazarismo é o tema abordado no sétimo capítulo: “Estrategia católica y Estado policial en Portugal”. A presença católica na liderança política da ditadura de Franco foi muito semelhante em Portugal. A peculiar interpretação do passado que o salazarismo fez abriu as portas das magistraturas do Estado Novo à Igreja Católica. O controle sócio-político e a promoção da cultura portuguesa resultaram da cooperação de muitos atores, entre eles as hierarquias católicas e os delegados do Vaticano. A PIDE ficou encarregada das tarefas de acompanhamento da ação docente e de dissuasão dos movimentos dos alunos. Portugal tornou-se um Estado policial, onde todos os profissionais da educação eram vigiados de perto, mas em circunstâncias muito menos dramáticas do que as vividas na Espanha.

“La pugna entre Falange e Iglesia por el control de la segunda enseñanza” (capítulo oito) é o título que sintetiza perfeitamente o papel das últimas páginas da publicação. Durante a Guerra Civil, a Igreja



Católica tinha grande controle sobre os centros educacionais, os falangistas tiveram um impacto muito limitado na doutrinação realizada nas salas de aula. Em 1939, o único partido da ditadura de Franco, a Falange Espanhola, tinha controle significativo sobre o ensino médio e as universidades, embora a Igreja Católica sempre tenha sido um forte competidor. O primeiro objetivo do pós-guerra foi o dismantelamento da rede pública de institutos; a centralização era máxima e os valores do Movimento Nacional fluíam por todos os centros do país. A derrota das forças de El Eje (1945) levou a uma mudança estrutural, que entregou a gestão educacional à Igreja Católica. Os falangistas foram relegados a ocupar cargos burocráticos no Ministério da Educação e nos órgãos de poder das universidades. O autor enfatiza a ideia de que a educação fazia parte dos espólios de guerra de 1939, compartilhada por todas as facções que pegaram em armas em 1936.

A conclusão geral se concentra na legislação franquista que tornou possível a involução educacional na Espanha. São expostos os fatores essenciais que possibilitaram a doutrinação em massa nas ditaduras daquela época. Também fica claro que Franco foi muito mais longe na repressão de professores do que Salazar e Mussolini. A classificação, que o au-

tor faz nesta publicação, de forças fascistas e forças antifascistas na educação carrega muita controvérsia hoje. A polêmica está condicionada por aspectos políticos e midiáticos atuais, mas essa classificação não gera polêmica no sentido da pesquisa histórica, pois as conclusões do autor se enquadram no mais básico consenso historiográfico sobre educação, propaganda e teoria política.



Referências Bibliográficas

IBÁÑEZ TARÍN, Margarita. **Apóstoles de la razón. La represión política en la educación.** Editora: Los Libros de la Catarata, Madrid, 2020.

IBÁÑEZ TARÍN, Margarita. **Los profesores de Segunda Enseñanza en la Guerra Civil.** Editora: Publicaciones Universidad de Valencia, Valencia, 2019.

IBÁÑEZ TARÍN, Margarita. **Mujeres y antifascistas, doblemente perdedoras (1922-1950).** Editora: Instituto de Estudios Almerienses, Almería, 2018.